

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Larga ele rapidinho

Entre os congressistas, causa preocupação a denúncia de que o advogado Willer Tomaz tinha uma conta com o senador Flávio Bolsonaro no papel de “usuário master”. O senador negou, disse que tudo não passa de fake news às vésperas da eleição. Porém, as investigações continuam, e deputados consideram este mais um problema para a campanha do senador a cinco dias do pleito. Se Flávio for eleito, a avaliação geral é a de que Flávio terá que largar a mão de Willer Tomaz, com quem o candidato do PL já viajou aos Estados Unidos num jatinho do qual Daniel Vercaro é sócio. O advogado é, ainda, suspeito de ter acesso antecipado a decisões a serem tomadas no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

E o servidor público, como fica?

Formado por várias instituições de servidores, o movimento Pacto pelo Serviço Público foi medir o compromisso dos finalistas da eleição presidencial com as reivindicações dos funcionários em 16 temas. Embora Flávio Bolsonaro tenha vencido a eleição no Distrito Federal, onde o funcionalismo público de alta gestão e qualificação predomina, a avaliação do Pacto é a de que Lula está mais alinhado com os anseios das diversas categorias. Ela ganha de Flávio em todos os quesitos analisados.

Marçal, o treinador

Pablo Marçal entrou de cabeça na campanha de Flávio Bolsonaro e inspirou o Ministério da Prosperidade que Flávio incluiu em seu programa de governo. E não parou aí. Foi, ainda, fundamental na preparação do candidato para o debate com Lula. Se tem algo que Marçal aprendeu na campanha para a prefeitura de São Paulo, foi tirar os adversários do sério, a ponto de levar uma cadeirada de Luiz Datena.

O dia seguinte

Os partidos políticos já trabalham de olho nos cargos de um futuro governo Flávio Bolsonaro. Por mais que a campanha tente evitar o “já ganhou”, as agremiações que fecharam o apoio ao candidato do PL não conseguem evitar as conversas sobre um futuro governo Bolsonaro 2. Alguns apostam que Marçal irá para o governo, como ministro da Prosperidade.

O reflexo das ruas da Europa na eleição do Brasil



Caito Gomez/CB/D.A. Press

As manifestações que tomaram conta de várias cidades em países europeus e também na Argentina, na Colômbia e no Peru, têm um denominador comum: a cobrança de direitos sociais. Independentemente de quem sair vitorioso no próximo domingo, a avaliação geral de congressistas dos dois lados da política brasileira é a de que o eleito precisará ter uma capacidade de diálogo para conversar com jovens a fim de garantir o colchão de proteção social que vem sendo cobrado na Europa e nos países da América do Sul. Na Argentina, por exemplo, a megamanifestação da semana passada foi consequência dos cortes de gastos públicos e da política de austeridade do presidente Javier Milei. No Brasil, por enquanto, a palavra de ordem de grande parte dos bolsonaristas aliados de Flávio é o “fora Lula”, e de muitos que votam em Lula é impedir o retorno do clã Bolsonaro ao centro do poder. Ocorre que, conhecido o resultado, seja Flávio, seja Lula, não haverá o mesmo lastro para governar. As apostas

são as de que, no dia seguinte, Flávio perderá o apoio de muitos que o elegeram apenas para tirar o PT do poder. Em especial, aquela classe C, que se afastou do petista. Num cenário com Lula, onde muitos já foram às ruas pregando a manutenção de direitos sociais, a expectativa é a de que terá ainda um tempo para respirar e conversar com o público jovem. Porém, nenhum dos dois estará livre de manifestações em prol desses direitos sociais.

» » »

Enquanto isso, no mundo virtual.../ A avaliação dos políticos que estão atentos a essas manifestações mundo afora é a de que a sociedade civil voltou às ruas, deixando um pouco de lado o barulho das redes sociais dominado pelos algoritmos. É com esse público real que o eleito terá que conversar e demonstrar talento para o diálogo. E, dada as necessidades da população, esses movimentos não vão demorar.

CURTIDAS

Próspero, mas sem recursos/ Em caso de vitória de Flávio Bolsonaro, a formatação desse Ministério da Prosperidade é que vai definir o futuro ministro. Se for cuidar de programas sociais, o PL não vai abrir mão dessa pasta. Se for apenas uma mudança de nome do atual Ministério do Empreendedorismo, aí, avisam alguns deputados, o ex-coach Pablo Marçal pode ficar com o cargo.

Se funcionou nos Estados Unidos.../ A movimentação do candidato Flávio Bolsonaro (PL) no palco do debate da Band no último domingo foi inspirada em Donald Trump. Foi nos debates de Trump com Hillary Clinton e com Joe Biden. Lá deu certo. Aqui, ainda não se sabe se ficar atrás do candidato com gestos e expressões faciais, algumas vezes de deboche, terá efeito prático.

Etarismo, não! Flávio tentou, ainda, evitar qualquer posição que pudesse ser considerada desrespeito à pessoa idosa. Porém, tropeçou no discurso ao dizer que aposentaria Lula. Num país em que os idosos, em muitos casos, sustentam a família e mantêm a capacidade de trabalho, alguns marqueteiros viram um preconceito contra pessoas idosas.

O arriar da mala/

A contar pela forma agressiva com que se comportou o deputado federal eleito Lucas Pavanato (PL-SP), ninguém tem dúvidas de que ele chegará à Câmara disposto a “lacrar”. Se chegar por lá do jeito que se mostrou nos bastidores do debate, xingando adversários com provocações desrespeitosas, arrisca entrar para o folclore, como ocorreu com tantos outros desde a redemocratização.



Vinicius Loures/CB

JUSTIÇA

PF apura vazamento do STJ

Ex-servidor teria repassado dados sigilosos para Willer Tomaz, investigado por lavagem de dinheiro com Flávio Bolsonaro

» LUIZA ALTOÉ
» DANANDRA ROCHA

A Polícia Federal (PF) cumpriu, ontem, mandados de busca e apreensão contra o ex-secretário de Tecnologia da Informação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Fontoura Pradera. Os investigadores suspeitam que Pradera teria facilitado o acesso do advogado Willer Tomaz a informações sigilosas da Corte, compartilhando antecipadamente informações sobre processos em tramitação. No relatório policial, os investigadores também descreveram conversas entre o advogado e Pradera que indicariam o acesso antecipado ao conteúdo de votos e decisões judiciais ainda não formalizados.

A operação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, e representa a primeira medida desse tipo no aprofundamento das apurações envolvendo Tomaz. A investigação ganhou novos desdobramentos depois que a PF encaminhou ao Supremo, em 8 de outubro, um relatório sobre suspeitas de lavagem de dinheiro envolvendo o advogado e sua relação com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato à Presidência da República. Embora a diligência de ontem não envolva o cumprimento de mandados contra Flávio, a medida tem como base o mesmo relatório. Um dos episódios citados pela PF envolve o envio de uma fotografia da tela de um computador por Pradera a Tomaz. Na imagem, segundo os investigadores, aparecia um documento jurídico de 17 páginas com uma conclusão pelo não conhecimento de recursos especiais. A polícia avaliou que a fotografia aparentava ter sido feita em ambiente de trabalho, diante do

conteúdo exibido e da presença de um carimbo sobre a mesa.

O relatório também registra que Pradera teria explicado ao advogado o teor da decisão antes da assinatura de um ministro. Em uma das mensagens, após ser questionado por Tomaz sobre o número do processo, o ex-secretário respondeu: “essa tá no REsp 2122969”. Na sequência, comentou que a tutela teria perdido efeito em razão do julgamento. Para os investigadores, o diálogo indica o compartilhamento de conteúdo processual acompanhado de explicações sobre os possíveis efeitos da decisão. Em nota, o STJ afirmou que iniciou, ainda na semana passada, uma investigação interna sobre a conduta do servidor. Pradera também foi exonerado na última sexta-feira.

Tomaz é investigado na Operação Sem Desconto, sobre fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Também é alvo da investigação sobre lavagem de dinheiro envolvendo casas de aposta, na qual Flávio foi citado, em e-mails encontrados pela PF, como “usuário master” de uma conta bancária da empresa Alcazar Holdings, de Tomaz. Flávio e o advogado são amigos, mas negam ter negócios juntos, como aponta a PF.

Em nota sobre a operação de ontem, Tomaz negou ter tido acesso irregular a decisões do STJ, e criticou o vazamento do relatório, alegando ligação com o processo eleitoral. “A ciência antecipada de julgados no Superior Tribunal de Justiça não é crime: é funcionalidade prevista no próprio sistema da Corte. Tampouco há ilícito quando um procurador, convencido pelos memoriais apresentados, incorpora seus argumentos ao parecer. Isso é contraditório, e converter rotina processual em suspeita é criminalizar a advocacia”, escreveu sua defesa.

Marcello Casal Jr / Agência Brasil



Em nota, o STJ disse ter exonerado Humberto Pradera na semana passada e que investiga o servidor

PGR não vê abuso de Mendonça

» RENATO SOUZA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou contra um pedido apresentado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes para que o colega de plenário André Mendonça seja investigado pela condução do caso do Banco Master. Moraes acusa Mendonça de abuso de autoridade por direcionar as investigações, com base em relatórios de inteligência produzidos pela Polícia Federal (PF). No entanto, a Procuradoria não vê motivos para abertura de inquérito.

Em parecer enviado ao ministro Edson Fachin, presidente do

Supremo, a PGR afirma não ver conduta irregular que represente abuso de autoridade por Mendonça. A existência do documento foi revelada pela TV Globo e confirmada pelo **Correio** junto a fontes com acesso ao processo. A Procuradoria defende que os relatórios não têm valor probatório e não servem para embasar uma abertura de investigação. A manifestação ministerial é assinada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, e por outros três representantes do órgão.

“Os relatórios sugerem direção das investigações com vieses desafiados da posição de neutralidade do magistrado incumbido de supervisionar os procedimentos

policiais. A representação, contudo, não parece demonstrar que a conduta possa ser reconduzida a ato punido por algum tipo da Lei de Abuso de Autoridade, que é o tema que cabe examinar neste momento”, escreveu a Procuradoria.

Improbidade

Alexandre de Moraes acusa André Mendonça de crime de responsabilidade, o que pode levar ao impeachment do magistrado. Crimes de responsabilidade são de competência do Senado, que abre ou não processo para julgar a conduta do ministro. A PGR defende que a situação pode ser avaliada por

» Duas CPMIs no horizonte

A reta final do segundo turno foi marcada por pedidos de abertura de duas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMI). No lado governista, líderes do PT querem apurar o financiamento do filme *Dark Horse* com recursos do banqueiro Daniel Vercaro, e a relação financeira entre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o advogado Willer Tomaz, investigado por fraude e lavagem de dinheiro. Já a oposição quer investigar a relação da lobista Roberta Luchsinger com Fábio Luís Lula da Silva, o “Lulinha”, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), acusados de tráfico de influência